

Um C2 Comum Europeu de Defesa? Desafios Operacionais e Imperativos Estratégicos Num Espaço de Segurança Fragmentado

Hélder Sousa Silva

Eurodeputado ao Parlamento Europeu, Doutorando em Estudos Estratégicos (ISCSP).

João Costa Cardoso

Mestre em European Public Affairs pela Universidade de Maastricht.

Resumo

Este artigo analisa os desafios e imperativos estratégicos associados à criação de uma estrutura comum de Comando e Controlo (C2), no contexto das missões da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), da União Europeia (UE). Argumenta que a ausência de um comando político-militar europeu integrado continua a limitar a eficácia operacional da UE e a sua credibilidade estratégica. Através da análise das lições operacionais de três missões distintas, o artigo reflete sobre propostas realistas para a evolução da estrutura europeia de C2, sem nunca recorrer à ideia de um exército comum europeu. Este estudo pretende contribuir para o debate académico e político sobre a consolidação da PCSD, a revisão da Bússola Estratégica e, ainda, a autonomia estratégica europeia em matéria de defesa.

Palavras-chave: União Europeia; Política Comum de Segurança e Defesa; Comando e Controlo; Autonomia Estratégica; Quartel-general Militar; Integração da Defesa Europeia; Gestão de Crise; Operações Militares da UE; Reforma Institucional; Cooperação Civil-militar.

Abstract

A common European defense C2? Operational challenges and strategic imperatives in a fragmented security space

This article examines the operational challenges and strategic imperatives associated with establishing a common command and control (C2) structure within the framework of the European Union's Common Security and Defence Policy (CSDP) missions. It argues that the absence of a genuinely integrated political-military command continues to constrain the European Union (EU) operational effectiveness and strategic credibility. Drawing on lessons from three distinct missions, the article reflects on realistic proposals for the evolution of the EU's C2 architecture, without ever resorting to the idea of a common European army. This study aims to contribute to the academic and political debate surrounding the consolidation of the CSDP, the revision of the Strategic Compass, and the broader pursuit of European strategic autonomy in defence.

Keywords: European Union; Common Security and Defence Policy; Command and Control; Strategic Autonomy; Military Headquarters; European Defence Integration; Crisis Management; EU Military Operations; Institutional Reform; Civil-military Cooperation.

Artigo recebido: 06.08.2025

Aprovado: 19.08.2025

<https://doi.org/1047906/ND2025.171.05>

Introdução

A ilusão de uma Europa pacífica, até ao “fim da história”, desvaneceu-se com o regresso da guerra ao continente. A invasão russa da Ucrânia, em 2022, a crescente instabilidade no flanco sul e a crescente imprevisibilidade do parceiro transatlântico obrigaram a União Europeia (UE) a repensar a sua arquitetura de segurança e defesa. A adoção da Bússola Estratégica (Conselho Europeu, 2022), duas semanas após a invasão, representou uma inflexão importante neste percurso, assumindo como objetivo uma União capaz de agir por si própria, sempre que necessário. Contudo, os avanços no domínio das capacidades militares e do financiamento da indústria de defesa foram escassos e, na prática, a capacidade operacional da UE permanece significativamente limitada por constrangimentos estruturais e políticas, que tornam essa ambição mais retórica do que funcional.

Entre os principais entraves à concretização da ambição europeia em matéria de defesa, destaca-se a inexistência de uma estrutura europeia robusta de Comando e Controlo (C2) – definida como o conjunto de processos, estruturas e tecnologias que permitem planear, dirigir, coordenar e controlar operações militares. Ao contrário da NATO, que dispõe de uma cadeia de comando permanente e plenamente operacional, a UE depende de mecanismos intergovernamentais, estruturas civil-militares híbridas e soluções *ad hoc* que dificultam a coerência estratégica e limitam a eficácia tática no terreno.

Esta realidade impacta, particularmente, as missões da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), nas quais a UE tem desempenhado um papel importante, com mais de 40 operações realizadas, desde 2003, em domínios tão diversos como o treino militar, a vigilância marítima ou o apoio a forças de segurança locais. Não obstante a importância e o sucesso deste envolvimento da UE, a condução das missões continua a depender de estruturas frágeis: o Estado-Maior da UE (EMUE) tem um mandato restrito e recursos extremamente limitados; a Capacidade de Planeamento e Conduta Militar (MPCC), embora promissora, ainda não opera com a escala e a autoridade de um verdadeiro comando operacional; e, em muitos casos, a responsabilidade pelo planeamento e execução recai em estruturas de comando nacionais designadas pontualmente, o que compromete a continuidade e a interoperabilidade. Em termos práticos, isto traduz-se em tempos de resposta prolongados, em dificuldades de coordenação multinacional, na sobreposição de cadeias de comando e na incapacidade de projetar força, de forma autónoma, em contextos complexos.

Este artigo pretende explorar, precisamente, essa lacuna crítica na arquitetura de defesa europeia. A investigação parte do pressuposto de que o sucesso de uma política comum de defesa exige, além das capacidades militares, uma arquitetura de comando clara, tecnicamente interoperável e politicamente legitimada. Não se

trata de discutir a criação de um exército europeu comum, proposta que continua a dividir Estados-membros e que levanta questões constitucionais, em vários países, mas sim analisar em que medida uma estrutura C2 mais integrada pode reforçar a coerência, a prontidão e a autonomia estratégica da UE.

A questão central que orienta este estudo é: de que forma as limitações, atuais, das estruturas de Comando e Controlo da UE condicionam a eficácia das suas operações militares e que alternativas organizacionais podem reforçar a sua capacidade operacional autónoma? Para tal, a hipótese explorada é que, sem uma capacidade C2 europeia mais integrada e permanente, a União Europeia permanecerá dependente de soluções improvisadas, subordinada a estruturas da NATO ou de potências terceiras (particularmente os Estados Unidos), com eficácia operacional limitada e baixa projeção estratégica.

A análise incide sobre três missões concretas que, pela sua diversidade geográfica, tipológica e institucional, permitem avaliar as potencialidades e os limites do atual modelo europeu de condução de operações. Geograficamente, o artigo centra-se na atuação da UE em três teatros operacionais: o Golfo de Áden (Operação ATALANTA); o Sael Central (*Task Force TAKUBA*); e o Mar Vermelho (Operação ASPIDES).

O artigo principia com um enquadramento crítico da literatura académica e institucional sobre C2, na defesa europeia. Detalha-se a metodologia adotada, com particular atenção à escolha dos casos. Segue-se uma análise em quatro momentos: o contexto estratégico em que se inscreve a evolução da PCSD; os desafios operacionais colocados pelas estruturas de comando atuais; a análise operacional dos três casos selecionados; e, por fim, a avaliação das propostas em debate, no seio da UE, para reforçar o seu sistema de comando. A discussão articula observação empírica com os principais debates teóricos e institucionais. A conclusão aponta caminhos realistas para reforçar a eficácia e a legitimidade do C2 europeu, sem colidir com o papel da NATO nem com a soberania dos Estados-Membros.

Este estudo pretende contribuir para o debate académico e político sobre a evolução da PCSD, através de uma perspetiva técnico-operacional baseada na realidade institucional da UE, mas sensível aos equilíbrios geopolíticos e às atuais alianças militares. Longe de propor a criação de um exército europeu comum, ideia politicamente divisiva e institucionalmente prematura, o artigo defende a necessidade urgente de reforçar os instrumentos de comando, planeamento e condução de operações da União, nomeadamente através do fortalecimento do EMUE e da clarificação do papel do MPCC.

1. Perspetivas sobre a Construção (Incompleta) do Comando Europeu

A questão do C2, na PCSD, tem ocupado um lugar central na literatura especializada em estudos estratégicos de segurança europeia. Desde a adoção do Tratado de Lisboa, diversos autores têm sublinhado que a capacidade da UE para conduzir operações militares, de forma coerente, eficaz e autónoma, permanece fortemente condicionada por obstáculos estruturais. A literatura académica identifica três dimensões críticas desta problemática: as limitações institucionais, os constrangimentos políticos e os desafios técnico-operacionais.

A evolução pós-Lisboa tem sido caracterizada por soluções institucionais fragmentárias. Autores como Wessels e Bopp (2008) identificaram precocemente que o Tratado de Lisboa criava uma arquitetura institucional fragmentada, propondo o conceito de “intergovernamentalismo racionalizado” para caracterizar uma integração conduzida de forma modular e seletiva, o que condicionaria a eficácia operacional. Por seu lado, Besch (2019a; 2019b) analisa a crescente intervenção da Comissão Europeia no domínio industrial da defesa, nomeadamente através do Fundo Europeu de Defesa (EDF), mas sublinha que esta “comunitarização parcial” não se estende às estruturas operacionais e de comando. Deneckere (2019) e Debuysere e Blockmans (2019) defendem que a criação de novos instrumentos, como o Fundo Europeu para a Paz (EPF) ou o MPCC, não resolveu a raiz do problema: a ausência de uma autoridade política e militar europeia com capacidade de decisão e de execução integrada.

No que respeita às limitações institucionais, Howorth (2014) aponta a fragmentação institucional da PCSD e a falta de um comando permanente; Biscop (2019) evidencia a lacuna entre ambição estratégica e meios disponíveis; enquanto que Fiott (2018) destaca os entraves burocráticos que limitam a autonomia operacional. Complementarmente, Nováky (2018) identifica as insuficiências do MPCC na execução independente de missões; Juncos e Blockmans (2018) analisam os desafios concretos de coordenação política, militar e civil nas operações da UE.

A tensão entre discurso político e realidade operacional constitui um segundo eixo de análise. Biscop (2023) e Howorth (2014) realçam uma contradição persistente: enquanto os discursos políticos acentuam a necessidade de autonomia estratégica, os instrumentos operacionais continuam dependentes de lógicas intergovernamentais. Segundo estes autores, uma verdadeira capacidade europeia de defesa exige mais do que financiamento e planeamento. Requer, sobretudo, uma arquitetura comum de comando, dotada de autoridade, interoperabilidade e legitimidade política. A ausência de um quartel-general (QG) operacional europeu, independentemente da sua localização, é apontada como um dos principais bloqueios à maturação da PCSD (Major e Mölling, 2016).

A NATO surge inevitavelmente como termo de comparação e, simultaneamente, como fonte de constrangimento. A literatura mais recente, no entanto, tende a con-

siderar que o contexto de incerteza transatlântica e a pressão para que a Europa assuma maior responsabilidade justificam uma abordagem mais assertiva da UE, nesta matéria (Tardy, 2017; Fiott e Lindstrom, 2021; Besch, 2022). A partilha de responsabilidades entre estruturas civis e militares, a falta de protocolos comuns de C2 e a ausência de interoperabilidade tecnológica são apontadas como problemas recorrentes (Juncos e Blocksmans, 2018). Koenig (2020) destaca, por exemplo, que o tempo necessário para lançar operações militares sob mandato europeu continua a ser significativamente superior ao da NATO ou de coligações multinacionais.

A nível teórico, esta discussão situa-se entre o institucionalismo liberal, que realça a importância de instituições comuns para a coordenação eficaz, e o realismo, que sublinha a persistência do interesse nacional e da soberania como limites à integração. O conceito de “lacuna entre expectativas e capacidades” (*capability–expectations gap*), originalmente identificado por Hill (1993) e retomado por diversos autores, continua a ser central no debate contemporâneo (Rieker e Blockmans, 2019; Reykers, 2019).

A dimensão técnico-operacional tem recebido crescente atenção na literatura especializada. Centros de investigação especializados, em França e na Alemanha, bem como *think tanks* internacionais têm sublinhado a urgência de reforçar a harmonização doutrinária e a interoperabilidade, tanto técnica quanto humana, nas forças europeias (Barrie, et al., 2020; Reykers, 2019; Jakobsson e Sjökvist, 2024). O Institut de Recherche Stratégique de l’Ecole Militaire - IRSEM destaca que uma doutrina coerente é essencial para que as forças partilhem “uma mesma maneira de ver, de pensar e de agir” (Morel e Richter, 2021). Por sua vez, a Bundeswehr, através do conceito de interoperabilidade, defende uma integração em três níveis – mental, estrutural e material – como pré-condição para a cooperação multinacional (Bundeswehr, 2023). Sem estes avanços os investimentos em capacidades e na indústria de defesa europeia mantêm-se aquém de uma verdadeira projeção estratégica autónoma.

Apesar da riqueza dos contributos já existentes, permanecem por explorar, de forma mais aprofundada, duas lacunas específicas: i) a análise comparada das operações europeias do ponto de vista do modelo de comando utilizado e das suas consequências práticas; ii) a articulação entre os desafios técnicos de C2 e os bloqueios institucionais e políticos da UE. Adicionalmente, a literatura tende a privilegiar análises teórico-institucionais em detrimento de estudos empíricos que examinem o funcionamento concreto das estruturas de comando em contexto operacional.

Este artigo visa contribuir para preencher essas lacunas, oferecendo uma leitura transversal de três operações distintas – Atalanta, Takuba e ASPIDES – à luz dos desafios da integração do comando europeu.

2. Metodologia

A análise assenta numa abordagem qualitativa, com recurso à análise documental e à comparação de casos. Esta metodologia permite compreender os constrangimentos estruturais e operacionais da UE, no domínio do C2, observando os efeitos práticos dessas limitações em diferentes contextos operacionais. O objetivo não é apenas descrever os mecanismos existentes, mas avaliar em que medida a sua configuração atual condiciona a eficácia e a coerência da ação europeia, em matéria de segurança e defesa.

A seleção das três missões permite uma análise comparativa útil dos diferentes modelos de Comando e Controlo atualmente existentes na ação externa da UE. A operação EUNAVFOR ATALANTA segue um modelo tradicional da PCSD, assente num QG nacional designado, o que garante experiência acumulada e flexibilidade tática, mas limita a integração com estruturas permanentes da UE e pode comprometer a continuidade institucional. A *Task Force* TAKUBA, por sua vez, não foi conduzida sob mandato europeu, mas organizada como uma coligação liderada pela França, com contributos voluntários de alguns Estados-membros. O seu comando era essencialmente nacional, com elevada flexibilidade operacional, mas baixa legitimidade institucional europeia e limitada interoperabilidade. Em contraste, a operação EUNAVFOR ASPIDES representa um novo modelo: é a primeira missão naval a ser conduzida diretamente pela MPCC, sob autoridade plena do EMUE (Council of the European Union, 2024). Este comando centralizado, com QG em Larissa (Grécia), visa dar corpo à ambição da Bússola Estratégica em dotar a União de uma capacidade própria de projeção. A comparação entre estes três modelos permite aferir os ganhos de coerência e rapidez que uma estrutura de comando permanente pode oferecer, assim como os desafios que persistem para a sua consolidação. A análise baseia-se prioritariamente na consulta de documentação oficial da UE, bem como em fontes académicas e institucionais relevantes. Foram ainda utilizados dados orçamentais e operacionais, divulgados pela Agência Europeia de Defesa (EDA), pelo Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE) e pelo Parlamento Europeu. Em primeiro lugar, todavia, reconhece-se, a existência de várias limitações metodológicas inerentes a este estudo. A escassez de dados públicos sobre a execução tática de certas missões, nomeadamente a TAKUBA e a missão ASPIDES, recentemente iniciada, impõe restrições à avaliação detalhada da cadeia de comando. Em segundo lugar, a natureza híbrida de algumas operações dificulta a comparação direta com operações puramente europeias. Adicionalmente, a opção por um número reduzido de casos, embora permita uma análise aprofundada, não permite generalizações automáticas a todo o universo das missões da UE.

Não obstante estas limitações, esta metodologia permite identificar padrões estruturais, testar as hipóteses formuladas e sugerir caminhos concretos para o reforço

da arquitetura de comando da União. A triangulação de múltiplas fontes e a análise comparativa sistemática conferem robustez às conclusões, ainda que estas devam ser interpretadas tendo em conta as limitações identificadas.

3. Limitações e Dependências do Comando e Controlo Europeu

Para uma análise rigorosa das limitações europeias, importa estabelecer, de forma clara, que o conceito de Comando e Controlo (C2) remete para a estrutura através da qual uma entidade política ou militar exerce autoridade, dirige forças, toma decisões e coordena ações no teatro de operações. A NATO define C2 como “o exercício da autoridade e da direção por um comandante devidamente designado sobre forças atribuídas na realização de uma missão” (NATO, 2018). O C2 compreende funções de planeamento, conduta e supervisão, com recurso a sistemas de comunicação, fluxo de informação e cadeias hierárquicas de decisão. Uma arquitetura C2 eficaz exige interoperabilidade técnica (tecnologias compatíveis), doutrinária (procedimentos harmonizados), humana (formação partilhada) e política (autoridade legítima). A ausência de qualquer um destes elementos compromete a eficácia operacional (Claverie e Desclaux, 2022).

No contexto específico da integração europeia, o conceito de C2 deve ser entendido como a totalidade das funções, estruturas e sistemas que permitem à UE planear, conduzir, ajustar e supervisionar operações de forma coordenada e eficaz. Estas funções incluem o estabelecimento de uma cadeia hierárquica de comando, a interoperabilidade dos sistemas de informação e comunicações (CIS), a harmonização doutrinária entre forças multinacionais, a partilha de inteligência e a capacidade não só para exercer liderança operacional, mas também para adaptar os objetivos das missões, em tempo real.

Atualmente, as operações militares da PCSD dependem de soluções *ad hoc*: para cada missão, os Estados-membros devem negociar qual QG operacional será utilizado, recorrendo frequentemente a um QG nacional oferecido por um país ou, em certos casos, à estrutura da NATO (sob o acordo Berlin+). Este processo demorado de identificação e reforço de um QG apropriado atrasa a reação a crises e reduz a prontidão militar da UE.

Como observa Lawrence (2022), cada opção de comando exige ativações e reforços específicos, implicando tempo para avaliar a crise e negociar a solução de C2, o que é incompatível com requisitos de prontidão. Por exemplo, os Grupos Táticos da UE deveriam estar operacionais em 10 dias, mas esse prazo torna-se irrealista face às demoras na definição do comando. Além disso, a improvisação de um estado-maior multinacional, em torno de um QG nacional, por um lado, gera fricções políticas, militares e administrativas, incluindo recursos humanos não habituados

a trabalhar em conjunto, e, por outro lado, conflitos de procedimentos. Esta dependência de QGs nacionais também dificulta a abordagem abrangente civil-militar da UE, pois os QGs nacionais geralmente carecem de componentes civis integrados, limitando a capacidade para planejar operações multidimensionais.

Importa salientar que esta limitação estrutural decorre também de decisões de natureza claramente política. Historicamente, alguns membros da UE, em especial o Reino Unido antes do Brexit, opuseram-se à criação de um QG militar permanente da UE, por receio de duplicação com a NATO ou de perda de soberania nacional. Consequentemente, esta dependência externa evidencia uma limitação fundamental: a estrutura de C2 da UE permanece significativamente mais reduzida e fragmentada do que a da NATO, que dispõe de comandos permanentes robustos para defesa coletiva.

A criação do MPCC, na sequência do Brexit, representou um passo importante para melhorar a coordenação operacional europeia e reforçar a confiança política entre os Estados-membros, no domínio da PCSD. O MPCC constitui, na prática, o quartel-general militar permanente da UE para missões PCSD. Inicialmente limitado a missões de treino e capacitação (não combate), o seu mandato foi alargado, em 2018-2020, para planejar e conduzir, simultaneamente, pequenas operações executivas. Ao concentrar numa estrutura permanente da UE a condução de determinadas missões militares, o MPCC visa superar a fragmentação anterior, quando cada operação era gerida por um QG nacional diferente. Com efeito, o estabelecimento do MPCC foi pensado para “reforçar as estruturas de gestão de crises da UE”, facilitando, por exemplo, a mobilização e emprego eficaz dos Grupos de Batalha europeus (Conselho Europeu, 2017).

A estrutura permanente do MPCC oferece várias vantagens operacionais. Com um QG multinacional permanente, os Estados-membros passam a partilhar mais diretamente a responsabilidade do comando, em vez de delegá-la a um quadro nacional, o que promove um sentido de copropriedade das operações. Esta abordagem tende a criar mais confiança mútua, pois nenhum Estado-membro assume isoladamente o ónus do planeamento (ou os riscos políticos), mas todos contribuem com pessoal e recursos para a estrutura comum. É expectável que, ao funcionar de forma colegial, o MPCC aumente a transparência entre os Estados-membros sobre as decisões operacionais, fomentando confiança estratégica, em torno da PCSD.

A dimensão de confiança política é particularmente relevante no contexto europeu. Com efeito, a confiança política entre Estados-membros, em matéria de defesa, foi sempre delicada na UE, marcada pela salvaguarda de soberanias. Iniciativas como o MPCC, contudo, demonstram um compromisso coletivo em partilhar autoridade, no domínio militar, algo impensável nos primórdios da PCSD. Oficiais de praticamente todos os Estados-membros integram o MPCC, em diferentes rotações, aprendendo a operar sob procedimentos comuns. Este entrelaçamento de efetivos

contribui para alinhar culturas estratégicas e diluir desconfianças. A longo prazo, um C2 europeu mais integrado facilita a criação de uma “visão estratégica comum” entre os membros, dado que todos acompanham de perto a condução das missões, aumentando a confiança nas capacidades e na fiabilidade dos parceiros.

Não obstante o seu potencial, o MPCC enfrenta ainda limitações significativas que condicionam a sua eficácia. Estudos identificam o problema do subdimensionamento crónico de pessoal: as vagas por preencher e a dependência de oficiais destacados temporariamente têm sido apontadas como um constrangimento estrutural que retarda o aumento da sua capacidade operacional (Reykers, 2023). Estas lacunas resultam da “redução de efetivos militares ao longo de décadas”, o que criou um mercado de trabalho em que escasseiam oficiais disponíveis para missões de planeamento estratégico. Além disso, o MPCC encontra-se inserido no SEAE, sob a autoridade política do Alto Representante, e integrado no EMUE, o que cria linhas de reporte complexas e pode comprometer o princípio da unidade de comando. Consequentemente, a arquitetura atual de C2 da UE privilegia a flexibilidade política, escolhendo, caso a caso, entre várias opções de comando, todavia à custa da eficácia e rapidez militar, fundamentais para o sucesso das missões PCSD (Arjona, 2022).

Para além das limitações de estrutura de comando, a UE enfrenta uma dependência tecnológica acentuada de sistemas de informação, comunicação e partilha de inteligência, fornecidos por terceiros (não pertencentes à UE). Várias áreas críticas de capacidades europeias dependem de tecnologias, infraestruturas digitais ou dados controlados por países aliados, com destaque para os Estados Unidos da América (EUA), ou por empresas estrangeiras, o que levanta preocupações de autonomia e segurança. A título ilustrativo, quase 92% dos dados europeus transitam por servidores localizados nos EUA e mesmo comunicações governamentais sensíveis, quer diplomáticas, quer militares, da Europa utilizam *clouds* comerciais norte-americanas, sujeitas a leis como o Cloud Act, que permitem a Washington aceder a esses dados (Moens, 2025).

No domínio militar e de inteligência, essa dependência manifesta-se de forma ainda mais evidente. Capacidades de vigilância e comunicação estratégicas da UE permanecem ligadas a ativos não UE: se a constelação de navegação Galileo proporcionou, recentemente, autonomia face ao GPS americano, nas comunicações encriptadas seguras e nos satélites de reconhecimento militar, a Europa ainda recorre, em grande medida, a sistemas de aliados ou comerciais não europeus. De modo geral, é reconhecido que as forças europeias não conseguem sustentar, autonomamente, uma campanha militar de alta intensidade, sem assistência norte-americana (em logística, inteligência em tempo real, defesa antiaérea moderna, entre outros). Neste contexto, a UE reconhece ainda que a “autonomia estratégica”, em segurança e defesa, permanece condicionada por dependências tecnológicas externas.

A comparação entre as missões Atalanta, Takuba e ASPIDES permite ilustrar de forma concreta as limitações e dependências do sistema de C2 da UE, no terreno.

Cada uma destas operações representa um modelo distinto de condução, com implicações práticas para a coerência estratégica, a eficácia tática e a projeção da ação europeia.

3.1. Operação EUNAVFOR Atalanta (Golfo de Áden): o modelo de comando nacional delegado

A Operação ATALANTA, iniciada em 2008, para o combate à pirataria no Corno de África, expôs desde cedo a dependência da UE face a estruturas de comando fornecidas por Estados-membros individuais. Por não haver um QG operacional europeu permanente, a missão teve de utilizar o quartel-general nacional do Reino Unido, em Northwood, como seu QG, sob comando de um oficial britânico, solução que funcionou enquanto o Reino Unido era membro da UE. Contudo, com o Brexit, esta dependência tornou-se problemática: a UE viu-se forçada a realocar urgentemente o QG da operação para Rota, Espanha, com parte das funções deslocada para Brest, França. Esta mudança de comando a meio da operação, algo sem precedentes na história da PCSD, exemplifica os riscos de depender de infraestruturas fora do controlo da UE.

A transição ocorreu de forma, relativamente, suave, mas não sem custos: exigiu recrutar e treinar pessoal adicional, reconstruir sistemas de C2, num novo local, e assegurar que a consciência situacional fosse mantida, durante a transferência. A missão continuou a operar e a cumprir os objetivos definidos, mas a necessidade de mudança evidenciou a vulnerabilidade estrutural: no biénio 2018-2019, a UE não tinha um QG próprio capaz de assumir o comando, tendo de improvisar com os oferecidos por Espanha e França.

Para além da questão institucional do comando, ATALANTA ilustra dependências tecnológicas e de parcerias relativamente ao exterior. A operação cooperou estreitamente com marinhas não UE e, até 2016, com a missão da NATO (Operação Ocean Shield). Esta cooperação significava que a partilha de inteligência e de imagens de vigilância, na área do oceano Índico, dependia significativamente de ativos de parceiros (sobretudo, dos EUA). Por exemplo, informações de satélite, patrulhas aéreas de longo alcance e intercâmbio de dados sobre piratas foram facilitadas por forças terceiras. A própria infraestrutura de comunicações seguras usada na operação teve inicialmente forte componente da NATO. Em suma, Atalanta foi um sucesso em reduzir a pirataria, mas apoiou-se em capacidades de comando e de inteligência, vigilância e reconhecimento – ISR¹ de aliados externos e num QG nacional.

1 ISR – *Intelligence, surveillance, and reconnaissance*.

Sem um QG europeu disponível, a UE dependeu da disponibilidade de um membro (e posteriormente de outros dois para sucedê-lo). Sem satélites ou drones próprios na região, dependeu de inteligência partilhada por aliados, na altura cooperantes. As dependências catalisaram uma resposta da UE para pensar na sua autonomia estratégica. Prova disso é que, após a missão Atalanta, a UE investiu em centros de inteligência marítima para melhorar troca de dados entre marinhas europeias, mitigando a dependência externa no futuro. Inclusivamente, alterou o modelo para a missão ASPIDES, que será objetivo de análise de seguida.

3.2. Operação EUNAVFOR ASPIDES: ensaio de comando europeu integrado

A operação naval ASPIDES, iniciada em fevereiro de 2024, constitui um caso que ilustra, simultaneamente, os esforços da UE de autonomização, referidos anteriormente, bem como a persistência de limitações estruturais no C2. A operação foi desencadeada após uma série de ataques pelos rebeldes hutis a navios comerciais no Mar Vermelho, numa altura em que EUA e Reino Unido já realizavam ações militares unilaterais contra alvos hutis. Para afirmar uma posição europeia autónoma e contribuir para a segurança marítima, sem escalar o conflito, a UE decidiu montar a sua própria operação naval de segurança, em vez de simplesmente aderir à operação liderada pelos EUA (Operation Prosperity Guardian).

Esta opção demonstrou uma vontade política de o Conselho ser um ator geopolítico: a ASPIDES permite à UE atuar com regras e objetivos de missão definidos pelos europeus e numa postura mais de dissuasão defensiva, diferenciando-se da abordagem mais musculada dos EUA (Allard, Bianco e Droin, 2024). Desta forma, a operação materializa os objetivos da Bússola Estratégica (Conselho Europeu, 2022) para uma UE geopolítica: ação rápida, comando europeu, projeção de força naval em contexto de crise.

A estrutura de C2 estabelecida inclui o MPCC como centro de comando político-estratégico e operacional, com ligação direta ao EMUE e ao SEAE. Em termos tecnológicos, a missão recorre a sistemas de comunicação seguros, desenvolvidos pela EDA, e interoperáveis com Galileo e o GOVSATCOM. Todavia, alguns sistemas de criptografia, sensores e comunicações críticas permanecem de origem não UE, incluindo tecnologias norte-americanas e israelitas, o que suscita reservas quanto à autonomia plena (European Defence Agency, 2024).

Ao contrário da operação ATALANTA, a operação ASPIDES tem como objetivo explícito servir de ensaio para um C2 europeu plenamente operacional. As primeiras lições retiradas apontam para progressos na coordenação política e na confiança entre os Estados-membros, com rotatividade prevista de comandantes, reforço do

EMUE e maior integração de quadros militares europeus (Fiott, 2024). Contudo, persistem limitações: o MPCC ainda não dispõe de todos os recursos humanos necessários, com significativa dependência de destacamentos nacionais; não existe um sistema europeu próprio de partilha segura de inteligência em tempo real, mantendo-se a dependência da NATO e dos EUA; os Estados-membros continuam reticentes em transferir capacidades de alto valor estratégico para uma estrutura supranacional.

Em síntese, a operação ASPIDES demonstra a ambição da UE em reforçar o seu C2 e autonomia operativa, mas confirma, simultaneamente, os desafios remanescentes. Representa, contudo, um passo significativo: afirma a UE como ator de segurança, no Mar Vermelho, pelos seus próprios meios, algo impensável nos primórdios da PCSD. Em caso de sucesso, poderá fomentar confiança política interna na capacidade da UE para liderar operações complexas e incentivar uma futura centralização de comando.

3.3. Operação Task Force TAKUBA (Sael): os limites da ação fora do quadro institucional

Por último, a *Task Force* TAKUBA (2020-2022), uma coligação de forças especiais europeias liderada pela França para combater grupos jihadistas no Mali/Níger, evidenciou uma limitação fundamental da PCSD: quando a UE, por obstáculos políticos, operacionais e de tempo, não inicia uma operação formal, os Estados-membros recorrem a formatos *ad hoc*, fora do quadro institucional da União. A *Task Force* TAKUBA não foi uma missão PCSD, mas sim uma iniciativa multinacional, sob comando francês, envolvendo cerca de dez países europeus (incluindo alguns não UE, como a Noruega e o Reino Unido). A relevância para a sua inclusão neste estudo reside no facto de vários Estados-membros da UE – Suécia, Itália, Estónia, Chéquia – terem participado ativamente e de a missão ter sido debatida, em Bruxelas, como modelo potencial de ação europeia, em contextos de alto risco.

A opção de Paris por uma *Task Force*, em detrimento de uma operação UE, deveu-se, em parte, à relutância em alcançar consenso, no Conselho Europeu, para uma missão de combate, no Sael, e às demoras que um mandato PCSD implicaria. A UE carecia da agilidade e da unanimidade necessárias para desenvolver uma resposta militar robusta, numa situação de contraterrorismo, levando os Estados-membros dispostos a atuarem fora do quadro institucional europeu. O resultado foi um modelo de C2 eminentemente nacional, com a França a liderar a cadeia de comando estratégica e operacional. As contribuições dos restantes países foram integradas, sob o quadro francês, com um certo grau de coordenação técnica, mas com reduzida autoridade política partilhada. Esta configuração permitiu elevada rapidez

tática e flexibilidade de resposta no terreno, suscitando, contudo, críticas quanto à legitimidade, visibilidade europeia e interoperabilidade institucional.

Do ponto de vista do C2 europeu, a *Task Force* TAKUBA ilustra, igualmente, as limitações de modelos extra-PCSD: apesar da eficácia inicial, a ausência de um comando comum dificultou a sustentabilidade e agravou as tensões políticas, quando o contexto local se deteriorou (o Mali rompeu acordos com a França e com a UE, em 2022). A retirada da *Task Force* questiona a sustentabilidade de uma ação europeia comum e evidencia a ausência de mecanismos de aprendizagem operacional e institucional, ao nível da UE (Wilén, 2022). Simultaneamente, esta *Task Force* foi sempre percebida como uma missão francesa, com contributos de aliados europeus, o que pode ter fragilizado futuras missões, no local, no âmbito da PCSD.

Em síntese, a *Task Force* TAKUBA expõe duas faces da limitação europeia: a dificuldade de agir através das instituições da UE, obrigando à criação de uma “coligação dos voluntários”, e a falta de meios próprios de apoio, exigindo os “ombros” dos EUA para sustentar operações expedicionárias. A longo prazo, esta *Task Force* enfatiza a necessidade de a UE desenvolver, tanto vontade política comum – para evitar *bypass* do quadro institucional – quanto capacidades de apoio críticas.

4. Caminhos para uma arquitetura C2 europeia mais robusta

Cada um destes casos – ATALANTA, TAKUBA, ASPIDES – fornece lições concretas sobre os domínios prioritários nos quais a UE necessita de investir: estruturas permanentes e integradas de comando, capacidades e tecnologias soberanas e vontade política coletiva, para que, no futuro, a Europa possa atuar de forma mais ágil, eficaz e independente, em matéria de segurança e defesa.

Neste contexto, torna-se evidente que a atual Bússola Estratégica (Conselho Europeu, 2022), adotada em 2022 como resposta imediata à guerra na Ucrânia, já não fornece um enquadramento adequado à ambição crescente da União. Volvidos três anos, o ambiente de segurança evoluiu e com ele as exigências sobre o C2 europeu. A ausência de metas operacionais claras para projeção de força, a indefinição sobre o papel executivo do MPCC e o silêncio sobre infraestruturas críticas de comando, nomeadamente comunicações seguras, interoperabilidade digital e partilha de inteligência, tornam necessária uma revisão estratégica. Essa revisão deveria, no mínimo, incluir objetivos operacionais mensuráveis, clarificar o mandato do MPCC, prever um roteiro institucional para a edificação de capacidades permanentes de comando e antecipar o seu financiamento no próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP) da UE. Uma nova Bússola, mais pragmática e operacional, permitiria alinhar a retórica com os recursos e estruturas reais disponíveis e preparar, institucionalmente, o caminho para um C2 europeu mais autónomo e eficaz.

Como consequência da evolução histórica do C2 europeu e dos exemplos em cima descritos, delineiam-se dois cenários de futuro para a arquitetura de comando europeu, partindo do pressuposto de que o sucesso de uma política comum de defesa exige, além das capacidades militares, uma arquitetura de comando clara, tecnicamente interoperável e politicamente legitimada.

O primeiro cenário pressupõe uma consolidação institucional substancial, avançando no sentido de um Quartel-General permanente da UE, com capacidades semelhantes ao SHAPE da NATO. O segundo cenário privilegia uma abordagem mais incremental e prudente, reforçando gradualmente os mecanismos existentes de C2 para respeitar plenamente a soberania dos Estados-membros. Em ambos os casos, apresentam-se propostas operacionais concretas, acompanhadas de uma análise crítica das implicações políticas, técnicas e institucionais de cada opção.

4.1. Cenário de Integração Plena: Quartel-General Permanente da UE

No cenário de integração mais profunda, a UE avançaria para a criação de um quartel-general militar permanente, capaz de planejar e de conduzir operações de grande envergadura, de forma autónoma. Na prática, isto implicaria robustecer significativamente o MPCC, em Bruxelas, transformando-o, gradualmente, num verdadeiro QG europeu. Estudos sugerem que o MPCC deveria ser dotado de pessoal permanente, em vez de depender de oficiais temporariamente destacados, e expandido, para comandar todas as operações militares da PCSD, incluindo a capacidade para liderar várias em simultâneo, deixando de ser necessário recorrer a QGs nacionais (Zandee, Stoetman, e Deen, 2021). Esta possibilidade requer não só um aumento quantitativo de efetivos, mas também melhorias qualitativas, integrando especialistas em domínios emergentes, como a ciberdefesa, ameaças híbridas, relação com o setor civil, entre outros.

Para conquistar a confiança das capitais europeias, o MPCC terá de demonstrar uma capacidade robusta de planeamento. Fortalecer o MPCC é o melhor caminho para uma UE mais capaz em C2, evitando duplicações com a NATO (Nováky, 2018). Por outras palavras, investir no MPCC – em pessoal qualificado, sistemas de informação dedicados, treino de estado-maior, etc. – pode, gradualmente, dotá-lo da credibilidade necessária para que todos os Estados-membros confiem neste órgão como quartel-general de referência nas operações europeias. “Reforçar o MPCC evitando duplicação com a estrutura de comando NATO é a via a seguir para maior capacidade de defesa europeia”, conclui um estudo da Finabel (Arjona, 2022). Como passo intercalar, pondera-se envolver o Eurocorps como núcleo de um futuro QG da UE, tirando partido de uma estrutura multinacional já existente, com historial de atuação conjunta e de legitimidade política crescente.

Em termos políticos, o sucesso do MPCC em gerir missões incrementa a confiança estratégica na UE: se os Estados-membros perceberem que a “máquina” europeia de comando funciona e agrega valor, estarão mais dispostos a realizar operações conjuntas pela eu, em vez de via coligações *ad hoc* ou NATO. Assim, o MPCC serve não só como ferramenta operacional, mas também como instrumento simbólico de coesão política. A sua existência sinaliza uma UE mais unida na defesa, o que por si só gera confiança política no projeto de defesa europeu.

Um quartel-general europeu exigiria infraestruturas técnicas de comunicações soberanas, seguras e resilientes. Teria de se acelerar programas, como o GovSatCom, para dotar a UE de comunicações seguras e independentes entre Bruxelas e as forças destacadas. Adicionalmente, seriam implementados canais de comunicação permanentes, ligando o QG europeu aos escalões tático-operacionais, no terreno, e às estruturas de todos os Estados-membros. O QG permanente teria um mandato para planeamento de contingência proativo, tanto identificando cenários reais de crises emergentes, como desenhando atempadamente opções de resposta europeia. Complementarmente, a UE realizaria exercícios militares regulares de grande escala, para testar e melhorar comandos integrados, aumentando a prontidão coletiva e a interoperabilidade entre as várias forças armadas.

Este cenário exige elevada vontade política dos Estados-membros para partilharem soberania, no domínio sensível da condução de operações militares. Implica igualmente superar as reservas de países tradicionalmente céticos quanto a um QG autónomo da UE (Lawrence, 2022). Por outro lado, a consolidação de uma estrutura de comando robusta fortaleceria significativamente a autonomia estratégica europeia, reduzindo a dependência de estruturas para gestão de crises regionais. Como evidenciamos neste artigo, a literatura é consistente em considerar que a ausência de um QG permanente torna a UE uma potência “incompleta”, incapaz de assegurar um empenhamento militar coerente e flexível, em cenários exigentes. Politicamente, um QG europeu sinalizaria maturidade institucional da PCSD, capaz de se focar em crises nas quais a NATO se abstém de intervir, mantendo a interoperabilidade com a aliança.

Do ponto de vista técnico e operativo, a criação de um QG permanente exigiria padronizar sistemas C2 entre os Estados-membros, desenvolver doutrina comum e interoperabilidade elevada. Contudo, essa centralização pode aumentar drasticamente a eficácia. Conforme salientado por Lawrence (2022), atualmente o MPCC só tem capacidade para operações da dimensão de um grupo de batalha e carece de experiência em operações executivas de grande porte. Um comando permanente, devidamente equipado, mitigaria riscos operacionais, quando se improvisam QG nacionais, caso a caso. Além disso, permitiria uma unidade de comando genuína, atualmente esbatida pela inserção do MPCC dentro do Estado-Maior da UE/SEAE, garantindo linhas hierárquicas claras do nível político-estratégico até ao teatro de operações.

Este processo implicaria, simultaneamente, reformas orçamentais a nível da União. Em vez de depender de mecanismos existentes, como o EPF, o financiamento de um QG permanente e das respetivas infraestruturas deveria ser antecipado e integrado no próximo QFP da União, como parte de um esforço sustentado, para dotar a PCSD de capacidades próprias permanentes. Esta integração orçamental garantiria previsibilidade, estabilidade e legitimidade, reforçando a ambição política da iniciativa.

Por fim, alterações incrementais nas decisões do Conselho seriam necessárias, para formalizar o mandato do QG europeu, incluindo a definição clara da autoridade operacional, a alocação permanente de pessoal, por parte dos Estados-membros e a articulação com estruturas civis e diplomáticas do SEAE.

Em suma, o cenário de integração alargada representa um salto qualitativo na arquitetura de defesa europeia e na ambição das missões PCSD. Se os Estados-membros estiverem dispostos a “pensar em grande” e a investir numa defesa europeia verdadeiramente capaz de agir com coerência, o argumento a favor da criação de um Quartel-General permanente da UE é sólido, prometendo maior eficácia operacional, rapidez de resposta e projeção estratégica autónoma da UE.

4.2. Cenário de Integração Limitada: Cooperação Gradual e Prudente

No segundo cenário, adota-se uma abordagem gradual e prudente, fortalecendo o comando europeu, sem criar de imediato um QG supranacional de grande dimensão. Este modelo reconhece as sensibilidades de soberania e a falta de consenso pleno, entre os 27, quanto ao destino da integração no domínio da defesa. Em vez de um salto institucional, seguir-se-ia uma via incremental, focada em melhorar e interligar as capacidades de comando existentes dos Estados-membros. As principais propostas operacionais, neste cenário, incluem três alterações centrais.

Primeiro, em linha com a ambição já acordada em 2017-2022, o MPCC seria reforçado, apenas até certo ponto, por exemplo, até conseguir conduzir uma operação executiva de dimensão de brigada (como já previsto), mas não necessariamente múltiplas operações em paralelo. A prioridade seria colmatar falhas atuais, preenchendo todos os postos em falta no MPCC (resolvendo o problema crónico de vagas por ocupar). No curto prazo, manter-se-ia o uso de Quartéis-Generais nacionais, como solução padrão para operações maiores, que excedam a capacidade do MPCC. Assim, para missões do tipo ASPIDES ou ATALANTA, ainda se designaria um estado líder – por rotatividade ou voluntariado – para fornecer o QG, enquanto o MPCC prestaria apoio ao planeamento e à coordenação estratégica, em segundo plano.

Segundo, este cenário propõe formalizar mecanismos de coordenação entre os QG operacionais nacionais e as estruturas de Bruxelas. Poder-se-ia criar, por exemplo,

uma rede de QG quadro, certificada pela UE, baseada nos cinco QG nacionais já identificados para a PCSD, em França, Alemanha, Itália, Grécia, Espanha, com procedimentos harmonizados. Antes de cada operação, em vez de se começar do zero a identificação do QG, recorrer-se-ia a esta rede predefinida, agilizando a geração da cadeia de comando. Equipas de ligação do MPCC seriam destacadas para o QG nacional condutor, garantindo intercâmbio de informação, em tempo real, e alinhamento político-estratégico. Este mecanismo garantiria uma ação mais rápida para situações de crise, evitando operações *ad hoc*, como a TAKUBA.

Em termos operacionais, a UE poderia consolidar infraestruturas partilhadas de C2, reforçando os atuais sistemas de comunicação, vigilância e comando, com base nos serviços já prestados por QG de atuais operações. Estes avanços podem ser realizados, independentemente, da existência de um QG permanente, desde que exista compromisso político e financiamento adequado. Outro eixo essencial seria a criação de “linhas seguras europeias” de comando, com redundância tecnológica e independência, face a fornecedores não europeus. Isto permitiria reduzir a atual vulnerabilidade associada à dependência de sistemas norte-americanos ou de empresas privadas para comunicações críticas e partilha de inteligência. Uma rede europeia de comunicações estratégicas, gerida em cooperação entre a EDA, o SEAE e as forças armadas dos Estados-membros, poderia operar como espinha dorsal do C2 europeu, mesmo sem um Quartel-General físico único.

As implicações políticas deste cenário refletem o seu caráter de compromisso. Por um lado, reduz-se o risco político de dividir os Estados-membros, já que não exige uma decisão imediata sobre defesa europeia. Países mais cautelosos e conservadores com a sua soberania tenderiam a aceitar melhor um fortalecimento progressivo do MPCC do que a criação de um “QG europeu” de grande escala. É ponto aceite no Conselho Europeu que a maioria dos Estados-membros concordam, em princípio, em melhorar o MPCC, embora discordem quanto ao objetivo final dessa evolução (Lawrence, 2022).

Conclusão

Este estudo analisou os desafios e imperativos estratégicos associados à criação de uma estrutura comum de C2, no âmbito da PCSD da UE. Partindo da hipótese de que a ausência de um comando político-militar europeu integrado tem limitado a eficácia operacional e a credibilidade estratégica da UE, procedeu-se à análise de lições retiradas de três operações distintas, designadamente as operações ATALANTA, TAKUBA e ASPIDES.

Os resultados confirmam que a atual fragmentação do C2 europeu se traduz em tempos de resposta lentos, dificuldades de coordenação multinacional e dependên-

cia de apoios externos, bem como corroboram o pressuposto inicial de que, sem uma capacidade de comando permanente e integrada, a União permanecerá refém de soluções *ad hoc* e com projeção estratégica reduzida. A partir dessas evidências, o artigo delineou dois cenários de evolução para a arquitetura de C2 europeu.

No primeiro cenário, de integração plena, propõe-se a transformação do atual MPCC num QG operacional permanente da UE, dotando-o de infraestruturas, recursos humanos e técnicos suficientes para planejar e conduzir operações militares de maior envergadura, de forma autónoma. No segundo cenário, de integração limitada, sugere-se uma abordagem gradual: reforçar o MPCC até aos limites do mandato já acordado e, em paralelo, formalizar redes de coordenação entre os QG nacionais existentes, harmonizando procedimentos e comunicações.

As diferenças entre os cenários não escondem uma conclusão fundamental: é imperativo avançar no fortalecimento do comando europeu de defesa. Manter a configuração atual, marcada por cadeias de comando *ad hoc* e capacidades dispersas, continuará a comprometer a eficácia das missões e a credibilidade estratégica da UE, ampliando a distância entre a retórica de autonomia e a realidade da dependência externa. Em contrapartida, dotar a União de um C2 mais robusto e integrado, sem que isso implique a criação de um exército europeu unificado, viabilizará respostas mais ágeis, coesas e legítimas, reforçando a autonomia estratégica de forma complementar à NATO, sem ferir a soberania nacional dos Estados-membros.

Do ponto de vista académico e político, esta investigação pretende contribuir para o debate sobre a defesa europeia, preenchendo duas lacunas identificadas na literatura. Primeiro, ofereceu uma análise comparativa de operações reais sob diferentes modelos de comando, demonstrando, de forma empírica, como a estrutura de C2 influencia a eficácia no terreno. Segundo, articulou os desafios técnico-operacionais do C2 com os bloqueios institucionais e políticos que têm dificultado a integração da PCSD.

Ao conjugar estas perspetivas, esta análise pretende iluminar os dilemas e as oportunidades na construção de um C2 europeu mais integrado, fornecendo evidências e propostas concretas que podem informar iniciativas em curso, desde a necessária revisão da Bússola Estratégica até à consolidação de uma maior autonomia estratégica europeia, em matéria de defesa.

Em última análise, o regresso da guerra ao continente europeu e a volatilidade das alianças transatlânticas apenas reforçam a urgência em implementar estas reformas. O futuro da segurança europeia pode depender da capacidade da UE para concretizar a visão aqui defendida: um Comando e Controlo (C2) comum, capaz de converter a ambição estratégica em ação coletiva eficaz e credível.

Bibliografia

- Allard, L., Bianco, C., e Droin, M. (2024). *With Operation Aspides, Europe is charting its own course in and around the Red Sea*. Obtido de <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/new-atlanticist/with-operation-aspides-europe-is-charting-its-own-course/#:~:text=The%20EU%20operation%2C%20called%20EUNAVFOR,building%20with%20regional%20states>
- Arjona, M. (2022). *European Command and Control Capabilities in Executive CSDP Missions and Operations*. Brussels: FINABEL.
- Barrie, D., Béraud-Sudreau, L., Boyd, H., Childs, N., Giegerich, B., Hackett, J., e Nouwens, M. (2020). *European defence policy in an era of renewed great-power competition*. London: The International Institute for Strategic Studies.
- Besch, S. (2019). *Can the European Commission develop Europe's defence industry?* Obtido de <https://www.cer.eu/insights/can-european-commission-develop-europes-defence-industry>
- Besch, S. (2019). *The European Commission in EU Defense Industrial Policy*. Obtido de <https://carnegieendowment.org/research/2019/10/the-european-commission-in-eu-defense-industrial-policy?lang=en¢er=europe>
- Besch, S. (2022). *EU Defense and the War in Ukraine*. Obtido de <https://carnegieendowment.org/research/2022/12/eu-defense-and-the-war-in-ukraine?lang=en>
- Biscop, S. (2019). *European Strategy in the 21st Century: New Future for Old Power*. London: Routledge.
- Biscop, S. (2023). Battalions to Brigades: The Future of European Defence. Em T. I. (IISS), *Survival October-November 2020: Pandemics and politics* (pp. 105-118). London: Routledge.
- Blockmans, S. (2018). The EU's modular approach to defence integration: An inclusive, ambitious and legally binding PESCO? *Common Market Law Review*, Volume 55, Issue 6, pp. 1785-1826.
- Bundeswehr. (2023). *Defence Policy Guidelines 2023*. Berlin: Germany Federal Ministry of Defence.
- Claverie, B., e Desclaux, G. (2022). C2 - Command and Control: A System of Systems to Control Complexity. *American Journal of Management*, 45-63.
- Coelmont, J. (2019). *An EU Security Council and a European Commissioner for Security and Defence: the final pieces of the Union's Common Security and Defence Policy puzzle?* Obtido de <https://www.egmontinstitute.be/commentary-eu-security-council-and-a-european-commissioner-for-security-and-defence-final-pieces/>
- Conselho Europeu. (2017). *Conclusões do Conselho Europeu, 22-23/06/2017*. Bruxelas.
- Conselho Europeu. (2022). *Bússola Estratégica para a Segurança e a Defes*. Bruxelas.

- Council of the European Union. (2024). *Council Decision (CFSP) 2024/583 of 8 February 2024 on a European Union maritime security operation to safeguard freedom of navigation in relation to the Red Sea crisis (EUNAVFOR ASPIDES)*. Official Journal of the European Union.
- Debuysere, L., e Blockmans, S. (2019). *Directorate ISP: No Deus Ex Machina for the EU's Integrated Approach*. Obtido de <https://peacelab.blog/2019/06/directorate-isp-no-deus-ex-machina-for-the-eus-integrated-approach>
- Deneckere, M. (2019). The uncharted path towards a European Peace Facility. *ecdpm*, Discussion Paper No. 248.
- European Defence Agency. (2024). *Annual Report 2024*. Brussels: European Defence Agency. Brussels.
- European Parliament. (2020). *10 years of CSDP*. Brussels: Policy Department for External Relations.
- Fiott, D. (2018). Strategic autonomy: towards “european sovereignty” in defence? *European Union Institute for Security Studies (EUISS)*.
- Fiott, D. (2024). The challenges of defence spending in Europe. *Intereconomics*, 189-192.
- Fiott, D., e Lindstrom, G. (2021). Strategic Compass - New bearings for EU security and defence? *European Union Institute for Security Studies*, Chaillot Paper 171.
- Grevi, G. (2024). What grand strategy for Europe? Three competing visions and one proposal. *Centre for Security, Diplomacy and Strategy*, 2024/10.
- Hill, C. (1993). The Capability–Expectations Gap, or Conceptualizing Europe’s International Role. *Journal of Common Market Studies*, 31(3), pp. 305–328.
- Howorth, J. (2014). *Security and Defence Policy in the European Union*. Basingstoke: Palgrave Macmillan .
- Jakobsson, E., e Sjökvist, E. (2024). *The EU's Rapid Deployment Capacity - Raised Ambition in Military Crisis Management?* . Stockholm : FOI - Swedish Defence Research Agency.
- Juncos, A. E., e Blockmans, S. (2018). The EU’s role in conflict prevention and peacebuilding: four key challenges. *Global Affairs*, 131-140.
- Koening, N. (2020). *The EU's strategic compass for security and defence: Just another paper?* Berlin: Hertie School Jacques Delors Centre.
- Lawrence, T. (2022). *Command and Control for the CSDP - A Permanent Operation Headquarters for the EU?* Tallinn: International Centre for Defence and Security.
- Major, C., e Mölling, C. (2016). *Common Ground for European Defense: National Defense and Security Strategies Offer Building Blocks for a European Defense Strategy*. Washington: The German Marshall Fund of the United States.
- Moens, B. (2025). *Can Europe break free of American tech supremacy?* Obtido de https://www.ft.com/content/5e25c397-61d1-4b48-b5c5-65561a4c9df2?utm_source=chatgpt.com

- Morel, C., e Richter, F. (2021). *Defence operation in the 21st century*. Paris: Institut de recherche stratégique de L'École Militaire - Ministère des Armées.
- NATO. (2018). *AJP-3(B) Allied Joint Doctrine for the Conduct of Operations*. Brussel: NATO Standardization Office.
- Nováky, N. (2018). The EU's Permanent Structured Cooperation in defence: Keeping Sleeping Beauty from snoozing. *Wilfried Martens Centre for European Studies*, Vol. 17(1) 97–104.
- Reykers, Y. (2019). A permanent headquarters under construction? The Military Planning and Conduct Capability as a proximate principal. *Journal of European Integration*, Volume 41, pp. 783-799.
- Reykers, Y. (2023). The politics of understaffing international organisations: the EU Military Planning and Conduct Capability (MPCC). *European Security*, 519-538.
- Rieker, P., e Blockmans, S. (2019). Plugging the capability-expectations gap: towards effective, comprehensive and conflict-sensitive EU crisis response? *European Security*, Volume 28, 1-21.
- Tardy, T. (2017). MPCC: towards an EU military command? . *European Union Institute for Security Studies*, Brief 17.
- Wessels, W., e Bopp, F. (2008). The Institutional Architecture of CFSP after the Lisbon Treaty - Constitutional breakthrough or challenges ahead? *Liberty & Security* .
- Wilén, N. (2022). *The Intervention Question: Lessons to Learn from Europe's Military Presence in the Sahel*. Obtido de <https://www.egmontinstitute.be/the-intervention-question-lessons-to-learn-from-europes-military-presence-in-the-sahel/>
- Zandee, D., Stoetman, A., e Deen, B. (2021). *The EU's Strategic Compass for security and defence: Squaring ambition with reality*. The Hague: Netherlands Institute of International Relations Clingendael.